

BREVE HISTÓRIA DA IDEIA DE AUTOGESTÃO

Nildo Viana*

A ideia de “autogestão” é relativamente antiga. Porém, as palavras são fenômenos complexos e a linguística, a filosofia da linguagem, a sociologia da linguagem, o marxismo, entre outras concepções, buscaram trabalhar e compreender a questão da linguagem e suas diversas questões derivadas. Não é nosso objetivo, e nem seria possível por questão de espaço, retomar todas as discussões a esse respeito. O nosso objetivo é, a partir de uma concepção marxista, tratar do termo “autogestão”, o que dispensa explicar e trabalhar com outras concepções, e o que não impede lançar mão delas em alguns momentos, quando são úteis para entender a realidade.

O nosso objetivo aqui é explicar a palavra autogestão a partir de sua gênese histórica. Por isso iniciaremos com uma reflexão sobre a questão do significado das palavras. Após isso passaremos para uma reflexão sobre o projeto autogestionário em algumas das suas principais formas de manifestação e por fim trataremos da questão da origem histórica do termo autogestão.

Autogestão: Significado e Significantes

A gênese histórica da palavra autogestão pode ser realizada através de uma análise formal ou de uma análise substancial. A análise formal é aquela que se preocupa com a forma, que, no caso, é o termo “autogestão”. A análise substancial é aquela que trata do ser, ou seja, do fenômeno, analisado¹. O ser é o referente que o termo/palavra

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília; Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo; Autor de diversos livros, entre os quais *“Manifesto Autogestionário”*; *“Os Movimentos Sociais”*; *“O Capitalismo na Era da Acumulação Integral”*; *“O Modo de Pensar Burguês”*; *“Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas”*.

¹ Um exemplo de análise formal pode ser visto no caso do termo “ideologia” no pensamento do sociólogo Durkheim (Viana, 2017a), no qual se deixa claro que não se trata de pensar esse termo no sentido que oferecemos a ele e sim no do que o sociólogo francês utilizou.

busca expressar. Assim, há uma complexa relação entre o ser/referente (a coisa, o fenômeno, a realidade) e o signo (sua expressão formal) e diversas explicações e concepções ao seu respeito. Numa determinada concepção, os signos são arbitrários e, noutra, são idênticos ao real. Para uma concepção marxista e materialista, a arbitrariedade dos signos é um equívoco, pois ela permite pensar que são os indivíduos que geram os significados ao seu bel-prazer. Porém, a identidade entre signo e ser torna incompreensível determinados termos que expressam seres diferentes ou que possuem usos diferenciados.

Para entender, num sentido marxista, a relação entre ser e signo, é importante acrescentar mais dois termos nessa relação: significante e significado. Por um lado temos o signo, que é uma palavra (ou “termo”, “noção”, “conceito”, “construto”, “categoria”, etc.)², e, por outro, o ser/referente (o “fenômeno”, a “coisa”, o “real”), ou seja, uma expressão mental e uma realidade concreta³. O signo não tem existência autônoma, pois ele sempre remete a um ser e é nesse que ele encontra o seu significado. Até aqui há uma convergência com a linguística saussuriana. Porém, a convergência termina aqui e o que vem a seguir é uma concepção divergente.

Um signo tem um significado, o ser que ele expressa, mas pode ter um significante, um sentido atribuído a ele, e este pode ser relativamente arbitrário. Um ser/referente, portanto, pode gerar signos que expressam o seu significado ou que manifestam um ou mais significantes. Significante, aqui, não tem o sentido que possui na linguística desde Saussure (1995), que é um substantivo, uma “imagem acústica de uma palavra”. Aqui entendemos significante como um adjetivo, que é uma conotação ao invés de uma denotação. Os significantes são arbitrários, mas o significado não (ou o são apenas relativamente, se olharmos apenas pelo lado formal)⁴.

² Esses termos não são sinônimos, mas são formas assumidas pelo signo e cada uma pode ter uma definição específica.

³ Entenda-se por realidade (e isso já é um processo de relacionar ser e signo) num sentido dialético e amplo, como tudo que existe, incluindo os fenômenos mentais, como os sentimentos, o inconsciente, as ficções. Por isso é preciso entender que mesmo a ideologia e os fenômenos ilusórios são reais, não no sentido que suas ideias sejam verdadeiras, pois são falsas, mas no sentido de que existem, apesar de seu conteúdo ilusório. A esse respeito, a distinção entre real-material e real-ideacional ajuda a compreender e superar equívocos analíticos existentes quando simplesmente se nega a existência (ao invés de negar a veracidade) de determinadas concepções (Viana, 2018).

⁴ Aqui teríamos que acrescentar vários elementos que, por razões óbvias, não poderão ser desenvolvidas, entre os quais a possibilidade de transformação do significado em significante (através de sua

Pois bem, essas considerações iniciais apenas ajudam a entender o procedimento que aqui será adotado. Iniciaremos nossa discussão partindo de uma análise substancial e, posteriormente, partiremos para uma análise formal. A análise substancial da autogestão vai remeter para um significado e a análise formal tratará dos vários sentidos da palavra (significado e significantes). Isso pressupõe, por conseguinte, dizer o que é autogestão⁵.

A palavra autogestão tem vários significantes, mas apenas um significado. Obviamente que os adeptos de algum dos significantes poderão discordar do significado que apresentaremos, mas isto faz parte do que Bakhtin (1990) denominou “luta de classes em torno dos signos” e, por conseguinte, é algo inevitável, pois qualquer que fosse o sentido⁶ haveria discordâncias, pois não existe neutralidade no embate linguístico.

Entendemos por autogestão uma forma de sociedade na qual há um processo de autogoverno generalizado, o que significa que o Estado, o mercado, o capital, são abolidos, e, em seu lugar, instaura-se a autogestão no processo de produção de bens materiais enquanto produção de valores de uso visando satisfazer necessidades humanas através da decisão coletiva, que se generaliza para todas as demais relações sociais. Esse é o conceito de autogestão, ou seja, o seu significado. Dizer isso significa afirmar que o conceito de autogestão expressa o que ela realmente é, ou, no caso, como se trata de um projeto de sociedade, o que ela deveria ser.

O Movimento Operário e a Autogestão

A partir do significado do termo autogestão acima apresentado, é possível observar que não se trata de uma ideia tão nova assim. A ideia de autogestão já estaria presente, segundo alguns, no socialismo utópico, também chamado de “romântico”. Assim, Robert Owen “concebeu a sociedade futura como uma federação de

ressignificação, como, por exemplo, quando o conceito de modo de produção, de Marx, é reinterpretado sob forma estruturalista, o que significa a deformação do seu significado e sua transformação em signifiante), bem como da inexistência de um significado para determinado fenômeno (mas podendo haver significantes). A concepção marxista a esse respeito pode ser consultada em *Análise Dialética do Discurso* (Tomo 01: Teoria. Volume 01: Linguagem e Discurso. Goiânia: Ragnatela, 2026, no prelo).

⁵ Uma discussão mais profunda a esse respeito pode ser vista em Viana (2013).

⁶ O termo “sentido” engloba todas as definições de uma palavra, seja a verdadeira (significado) ou as falsas (significantes).

comunidades cooperativas governadas por produtores” (Horvart, 1990, p. 12). Para este mesmo autor, os falanstérios de Charles Fourier, as oficinas nacionais de Louis Blanc, bem como as de Ferdinand Lassalle, e o mutualismo de Pierre-Joseph Proudhon, entre diversas outras propostas, seriam autogestionárias. Sem dúvida, no caso de Proudhon, existem mais autores que concordariam (Bancal; 1984; Motta, 1981; Massari, 1977; Gurvitch, 1983), e alguns, como Massari (1977), em relação a Owen, mas em relação aos outros as discordâncias aumentariam drasticamente.

Contudo, essas análises são unilaterais. A razão disso é a predisposição em enxergar autogestão em diversos autores para reforçar a sua defesa. Porém, o que podemos anunciar em algumas dessas concepções é um esboço de uma concepção de autogestão, mas incipiente e com contradições. Em alguns casos, como nos falanstérios de Fourier, a existência de “um governador chamado ominiarca” (Horvart, 1990, p. 13) não recebe nenhuma explicação apesar da óbvia contradição disso com a ideia de autogestão. Num caso muito mais grave, um renomado representante do “socialismo” estatista, como Ferdinand Lassalle, ser considerado um defensor da autogestão, mostra de forma mais cristalina a tendenciosidade dessa espécie de interpretação.

Assim, o que se pode atribuir ao socialismo pré-marxista é, em alguns casos, um esboço de ideia autogestionária e, em outros, concepções contraditórias ou democratizantes que não podem ser confundidas com autogestão, pois, nesse caso, seria apenas uma atribuição inexata de tal concepção a certos pensadores (Blanc, Lassalle, etc.). A proposta de Proudhon é, dentre as citadas anteriormente, a que mais se aproxima de uma concepção autogestionária, através de sua proposta de “mutualismo” e “federalismo”. Porém, os seus intérpretes passam por cima de diversas contradições e problemas, a começar pelas questões do uso de conceitos da sociedade burguesa para se referir ao mutualismo, bem como pelo problema não resolvido da propriedade privada⁷.

A razão disso foi expressa por Marx e Engels. O socialismo utópico tem seus limites determinados pelo incipiente desenvolvimento do proletariado e do movimento operário: “a descrição fantasiosa da sociedade futura, feita numa época em que o

⁷ Para uma análise crítica, veja: Rugai (2023).

proletariado, ainda pouco desenvolvido, encara sua própria posição de um modo fantasioso, corresponde às primeiras aspirações instintivas dos operários a uma completa transformação da sociedade” (Marx; Engels, 1987, p. 106)⁸. Isso explica, por exemplo, o detalhismo de um Fourier.

Porém, o proletariado vai se desenvolvendo e as lutas operárias começam a emergir com cada vez mais força. A emergência do proletariado como classe independente promove uma alteração nos projetos de nova sociedade. Nesse contexto, emerge a obra de Marx, que, num primeiro momento, aponta para uma concepção abstrata de comunismo, tal como se vê no *Manifesto Comunista*, mas depois ele amplia suas reflexões e altera alguns aspectos de sua proposta. O ponto de partida para a alteração de aspectos de sua proposta original foi a emergência da primeira experiência histórica de revolução proletária, a Comuna de Paris, de 1871. A Comuna de Paris foi a primeira revolução proletária inacabada, esboçando a autogestão, ou, como colocou Marx (2020), o “autogoverno dos produtores”. No Prefácio à Edição Alemã de 1882, do *Manifesto Comunista*, Marx afirma que as considerações revolucionárias propostas se tornaram antiquadas. Essas considerações remetiam ao Estado (que, no entanto, não tinha o sentido de organização burocrática, já que era instrumento do proletariado como classe para coação de outra classe, a burguesia, tal como definido nessa mesma obra) e às medidas provisórias, que Marx passa a considerar superadas. Da mesma forma, ele afirma que o segundo capítulo seria redigido, em vários aspectos, de forma diferente e que suas afirmações não deveriam ser supervaloradas, pois o desenvolvimento da grande indústria em 25 anos e o desenvolvimento organizacional do proletariado, especialmente a Comuna de Paris, promovia mudanças na percepção do processo revolucionário.

Marx (2020) afirmou que a Comuna de Paris foi o primeiro esboço de experiência comunista e colocou a abolição do aparato estatal e instituição do autogoverno dos produtores como elementos essenciais do comunismo. Em *Crítica ao Programa de Gotha* (2023), ele voltaria a discutir a questão da sociedade comunista e apontava para um processo no qual ela seria a realização do “reino da liberdade”, tal como também

⁸ Esta tese será retomada com mais detalhes por Engels (1980).

colocou em *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1983). O comunismo, segundo Marx, é a “livre associação dos produtores” e, como tal, é uma sociedade na qual as classes sociais, o Estado, o capital, são abolidos e substituídos por uma associação de produtores ou autogoverno de produtores (Berger, 1977; Guillermin; Bourdet, 1976; Tragtenberg, 1989; Viana, 2017b).

Outros pensadores na mesma época produzirão ideias referentes à uma nova sociedade. Esse é o caso de Bakunin, que propunha uma sociedade anarquista. A ideia de anarquia, nesse autor, remetia para a ideia de federalismo (Bakunin, 1977; Bakunin, 1988). Bakunin propunha a abolição do Estado e sua substituição pelo federalismo, mas pouco tratou da questão da produção de riquezas e de outros elementos da futura sociedade anarquista. Contudo, é inegável que ele propôs uma nova sociedade e que nela haveria um processo de autogestão, por mais imprecisa e indefinida que seja sua proposta.

Após as obras de Marx e Bakunin coube aos seus herdeiros manterem, desenvolverem, alterar ou deformarem os seus projetos. O nascimento do “marxismo” e a diversidade de interpretações do pensamento de Marx, incluindo seu projeto de comunismo, gerou muita confusão⁹. Isso acabou ofuscando o real significado do conceito de comunismo para este autor. Os chamados “comunistas de conselhos” mantiveram-se fieis ao projeto de comunismo de Marx ao proporem o “sistema de conselhos” fundado nos conselhos operários, organizações autárquicas criadas pelo proletariado, bem como alguns indivíduos e grupos políticos. Porém, a social-democracia acabou apresentando uma versão reformista (com variantes internas)¹⁰ e emergiu o bolchevismo na Rússia, gerando uma concepção insurrecionalista que defendia a ideia de tomada do poder estatal e de um “período de transição” entre capitalismo e

⁹ A obra *O que é Comunismo?* (Marques, 2024) é extremamente útil para obter uma história da palavra comunismo, desde suas origens remotas até chegar às deformações do projeto de Marx sobre a sociedade comunista.

¹⁰ Uma síntese das concepções social-democratas, embora com pontos questionáveis, pode ser vista na obra introdutória de Duarte e Miranda (1985). Para uma análise mais profunda, é possível consultar a análise dos partidos social-democratas de Robert Michels (1980) ou a análise mais recente de Przeworski (1989). Duas das principais posições social-democratas podem ser vistas nas obras dos seus defensores: Bernstein (1997) e Kautsky (1979). O primeiro foi criticado por Rosa Luxemburgo (1986) e o segundo por Paul Mattick (1989), entre diversos outros sob variadas perspectivas.

comunismo¹¹. O processo de estatização na antiga União Soviética acabou gerando descontentamentos, inclusive setores dissidentes no interior do bolchevismo. No entanto, isso não gerou o abandono da tese de conquista do poder político, período de transição, manutenção da chamada “lei do valor” e diversos outros aspectos em contradição com o projeto original de Marx por parte desses setores dissidentes.

No caso de Bakunin, a tradição anarquista que seguiu a sua tendência, o anarco-coletivismo, manteve suas ideias praticamente intactas, e as demais concepções anarquistas se tornaram outras correntes, com destaque para o anarco-comunismo de Kropotkin, que se aproximava do pensamento de Marx no aspecto relativo às características da nova sociedade, embora ele mesmo não percebesse isso¹². Porém, por uma questão de espaço e por envolver diversas concepções e tendências, julgamos que os nomes de Marx e Bakunin são suficientes para expressar a ideia de que a autogestão já existia enquanto referente, no sentido de ser um projeto de uma nova sociedade na qual há o autogoverno generalizado, mesmo que sob outros nomes (“comunismo”, “anarquia”, “autogoverno dos produtores”, “livre associação dos produtores”).

Assim, o significado da autogestão já existia, mas o signo não. No fundo, existia o signo “comunismo”, mas este foi ressignificado e se tornou um significante nas interpretações hegemônicas e foi nesse sentido que a cultura capitalista hegemonicamente passou a concebê-lo. O termo anarquia, por sua vez, além de ser vinculado exclusivamente ao anarquismo, tinha diferenças e não possuía uma teoria que o fundamentasse como projeto de sociedade. Isso abriu espaço para a necessidade de retomar a ideia de uma sociedade autogerida e para isso um novo nome se fazia necessário. Nesse contexto, passamos da análise substancial para a análise formal da autogestão, o que remete para a origem e usos dessa palavra.

¹¹ Uma comparação entre a concepção de comunismo de Marx e a de Lênin pode ser vista em Berger (1977), Chattopadhyay (2012).

¹² Curiosamente, Kropotkin critica algumas propostas de Marx – que ele não defendia – e propunha coisas semelhantes sem saber que o problema estava em sua interpretação do pensador alemão. Cf. Kropotkin (1978; 1975). Isso foi percebido por um anarquista, Eric Vilain (1986), pseudônimo de René Berthier.

Autogestão: Origens e Desenvolvimento de uma Palavra

A análise formal da ideia de autogestão remete para a formação do signo e os significados e significantes atribuídos a ele. Como surge a palavra autogestão? Quais seus sentidos? Como o sentido do signo se altera? Sem dúvida, as duas primeiras questões serão abordadas, embora a segunda de forma mais sintética devido a quantidade de definições do termo autogestão. A terceira questão remete para muitos processos sociais e históricos, além da mutação de sentido, para utilizar termo da semântica (Guiraud, 1986), e não poderemos desenvolver aqui senão uma pequena reflexão a respeito dela.

A palavra autogestão surge na Iugoslávia, embora outras consideradas sinônimos ou próximas já existissem (não custa recordar que Marx apresentou a Comuna de Paris como “autogoverno” dos produtores, palavra próxima em matéria de significado de “autogestão”, bem como “associação”). A palavra é de origem servo-croata e une *samo* (auto) e *upravlje* (gestão), que resulta em *samoupravlje* (Arvon, 1982; Guillermin; Bourdet, 1976). Indo além da etimologia, a origem social da palavra remete ao contexto histórico da Iugoslávia. A Segunda Guerra Mundial e a invasão nazista promoveram uma situação problemática no Leste Europeu, sendo que a antiga União Soviética acaba libertando vários países do domínio alemão, com exceção da Iugoslávia. Nesse contexto, o país assumiu uma posição mais independente em relação à grande potência vizinha. Porém, o regime instaurado sob o comando de Josip Broz Tito era, no início, muito semelhante ao da URSS. A pressão “soviética” para que os iugoslavos seguissem o seu modelo e adotassem sua política internacional expansionista, e a resistência iugoslava, acabou gerando a expulsão desse país do Cominform¹³.

A expulsão dos iugoslavos do bloco soviético forçou que os seus líderes buscassem ajuda do Ocidente para a reconstrução do pós-guerra. Aos países capitalistas, notadamente os EUA, era interessante ajudar um país socialista dissidente dos ditames de Moscou, de modo a fomentar divisões e disputas no bloco soviético (durante a década de 1950, a ajuda dos países capitalistas à Iugoslávia foi de cerca de US\$ 3,5 bilhões). O novo caminho iugoslavo caracterizar-se-ia, no *front* externo, por uma política externa independente, de não alinhamento com o bloco socialista e

¹³ O Cominform ("*Escritório de Informação dos Partidos Comunistas e Operários*") era o nome da organização internacional que articulava os partidos comunistas da Europa em torno da liderança do PCUS (Partido Comunista da União Soviética).

tampouco com o bloco capitalista. Dessa forma, a Iugoslávia buscava manter certo protagonismo no cenário internacional (nos anos subsequentes o país seria considerado um dos líderes dos chamados países não alinhados) e obter negócios vantajosos com os dois blocos de países. No *front* interno, o país abandonaria o modelo stalinista, de modo a adotar um sistema econômico baseado na autogestão das firmas pelos próprios trabalhadores, e na descentralização das decisões políticas (mas não do poder político que continuaria concentrado no Partido Comunista, cujo nome, em 1952, mudou para Liga dos Comunistas) [...] (Gomes, 2019, p. 235)¹⁴.

O período de “adoção da autogestão” e, por conseguinte, o surgimento da palavra, ocorre a partir de 1952. Assim, torna-se interessante entender o que os iugoslavos querem dizer com a palavra “autogestão” e que relações sociais concretas eles nomeiam com tal termo. No nível discursivo, a “autogestão” na Iugoslávia é um termo usada para realizar uma contraposição ao regime estatista da União Soviética, tendo uma dimensão nacional, global, e, ao mesmo tempo, para se referir ao processo decisório dentro das empresas iugoslavas, sendo também denominada “gestão operária”, limitada às fábricas. E seria este último sentido que legitimaria o anterior. E isso encerra uma contradição, pois, a nível da empresa, ocorreria uma suposta “autogestão” e a nível global seria um regime diferenciado por causa de sua intenção “autogestionária” aliado com essa gestão operária de base. Em síntese, havia uma ambiguidade em pensar uma “autogestão iugoslava”, pois aparentemente era “global”, mas era apenas “setorial” (nas empresas e não no conjunto da sociedade).

Assim, a palavra autogestão nasce com o significado que remete a algo não existente, uma sociedade autogerida (imperfeita, convivendo com aspectos que deveriam ser superados com o passar do tempo, o que aproxima a concepção da tese leninista do “período de transição”). Porém, tal como efetivamente praticado nas

¹⁴Não poderemos tratar aqui das mutações da sociedade iugoslava. Aqui focalizaremos o período considerado autogestionário, que vai de 1952 até 1991. Alguns autores dividem a história da Iugoslávia em cinco períodos: “planificação fortemente centralizada e reconstrução material do país após a guerra de libertação (1945-1951); planificação centralizada indicativa dos objetivos prioritários via fundos centrais de investimentos, com uma regulação mercantil se aplicando às escolhas autogestionárias contidas no seio das empresas (1952-1964); supressão dos fundos de investimento e descentralização mercantil da autogestão, coordenada por um sistema bancário (1965-1971); tentativa de retomada de mecanismos de planificação, mas sem encontrar uma coerência produtiva e política com os mecanismos de estimulação mercantil (1971-1980), forte crise política e econômica, com uma hiperinflação e um endividamento elevado face ao FMI, marcando um processo de tentativa e erro que levou a graves conflitos e a uma desregulamentação mercantil (1980- 1991)” (Miguel, 2017, p. 29). Sem dúvida, não é possível concordar com a forma como o autor descreve esses períodos, mas o que interessa é que existiram mudanças na história da sociedade iugoslava e que a ideia de autogestão surge no segundo período e se mantém até o quinto período.

relações sociais concretas de trabalho e gerais, não havia autogestão, nem mesmo nesse sentido como algo “incompleto”. Por isso é importante entender como se poderia analisar a sociedade iugoslava. Ela funcionava como uma sociedade capitalista no geral. A produção de mercadorias através da extração de mais-valor era o elemento central da sociedade iugoslava e por isso todos os seus elementos derivados estavam presentes: trabalho assalariado, lucro, etc.

E essa sociedade se organizava através da planificação burocrática, por mais que houvesse ornamentação em torno disso. Os operários, no fundo, só podiam “gerir” as fábricas. Porém, nem todas as fábricas¹⁵. Mas o mais importante é que a gestão das fábricas tinha uma divisão organizacional (unidade de trabalho, coletivo de trabalho, conselhos operários, comitês de gestão e diretor), sendo que a discussão sobre a função de cada um elemento da organização remete para graus de decisão diferenciados (Chauvey, 1975; Lassere, 1966). A figura do diretor, mesmo sendo, como alguns afirmam, um mero técnico, detinha maior poder do que os demais.

Guillerm e Bourdet explicam que o nome “conselho operário” não tem o significado que ganhou nas tentativas de revoluções proletárias e lutas operárias radicalizadas. O termo conselho não se refere ao conjunto dos trabalhadores e sim à “comissão executiva da empresa (que possui de 15 a 20 membros, no máximo). A assembleia geral, por sua vez, é chamada de “coletivo operário” e possui um “poder de tipo eleitoralista”, na qual ocorre via eleição com voto secreto do “conselho operário”.

Os candidatos ao “conselho operário” são em realidade apresentados pela Liga dos Comunistas¹⁶ ou por suas organizações de massa (Aliança Socialista, mulheres, juventude, sindicatos, ex-combatentes). Em teoria, outros candidatos independentes têm o “direito” de se apresentar – da mesma forma que na URSS ou nos Estados Unidos qualquer cidadão pode concorrer às

¹⁵ Existiram diversos tipos de empresas durante a vigência da Iugoslávia, tal como empresas de “gestão operária”, empresas estatais, particulares. As empresas, a partir de 1952, eram criadas, em sua maioria, pelas comunas, mas também podiam ser criadas por indivíduos: “os indivíduos podem criar empresas; mas a maior parte não possui capitais importantes e só pode criar empresas artesanais, que, de fato, abundam” (Lassere, 1966, p. 47); “Albert Meister distingue nada menos que cinco tipos de empresas que escapam à autogestão: as empresas deficitárias e submetidas à ‘administração forçada’; as empresas autogeridas pela administração tecnocrática; as empresas mistas (com 49% de capital estrangeiro), as empresas privadas, turismo, artesanato, profissões liberais, mas igualmente – o que é, contudo, mais importante – os transportes [...]; e, por fim, as empresas privadas disfarçadas, que tangenciam a lei de mil maneiras, sob o olho tolerante das autoridades” (Guillerm; Bourdet, 1976, p. 143).

¹⁶ A Liga dos Comunistas é o nome assumido pelo Partido Comunista Iugoslavo, que, aliás, antes do rompimento com a URSS, tinha exatamente esse nome.

eleições. Mas os pesos sociológicos e institucionais (e não a repressão policial ou o “muro do dinheiro”, o que constitui, mesmo assim, uma diferença muito importante em relação à URSS ou aos EUA) fazem que os candidatos surjam no seio da Liga ou da Aliança (Guillerm; Bourdet, 1976, p. 133).

Nesse sentido, não é possível atribuir a nível local das empresas uma “autogestão”, no sentido de que elas seriam geridas pelos operários. A posição mais acertada a esse respeito, foi colocada por Guillerm e Bourdet, segundo a qual a sociedade iugoslava, para além dos “decretos (governamentais) sobre autogestão” não passa de “um regime híbrido, que chamamos mais justamente de cogestão” (Guillerm; Bourdet, 1966, p. 133). Porém, além dos processos burocráticos internos dentro das empresas supostamente “autogeridas” da Iugoslávia, havia o problema das determinações externas. Afinal, mesmo que os trabalhadores possam tomar decisões internas nas empresas que trabalham, se eles não possuem a decisão sobre as questões externas, tal como sobre o que produzir a nível nacional (o que gera definições sobre o que cada empresa deve produzir), então sua capacidade de “gestão” é extremamente limitada. E isso remete para a autogestão ao nível global da sociedade.

Se a autogestão no interior das fábricas é inexistente, no conjunto da sociedade é apenas uma miragem. As grandes decisões econômicas, que atingem e determinam a produção das empresas, possuíam, na antiga Iugoslávia, duas grandes determinações: a planificação centralizada do aparato estatal e o chamado “mercado” (daí alguns usarem a expressão “socialismo de mercado”, um contrassenso, para caracterizar o regime). A planificação centralizada é realizada pelo aparato estatal, que reúne a burocracia (burguesia de Estado) e que define não apenas as questões econômicas, mas também, obviamente, as políticas (incluindo a política internacional, da qual a figura do “Marechal Tito” é a mais famosa e decisiva) estatais em geral, além de exercer e controlar a sociedade como um todo (a explosão da Iugoslávia e sua divisão posterior seria incompreensível sem a percepção disso). O chamado “mercado”, que, no fundo, são as relações de distribuição de mercadorias que envolve diversos agentes (as empresas em cogestão, as demais empresas, o capital estrangeiro, o setor estatal, o mercado consumidor, as trocas internacionais, etc.), exercendo pressão sobre as empresas e determinando suas decisões. No fundo, os operários iugoslavos decidiam pequenas coisas, geralmente internas, a partir das grandes coisas decididas externamente.

E isso se explica pelo caráter capitalista da sociedade iugoslava. A produção de mercadorias nesse país era capitalista, e, por conseguinte, fundada na divisão social do trabalho e na dependência que as unidades de produção (fábricas, empresas) possuíam das outras, do “mercado” e do Estado. Os operários de uma fábrica de calçados não podem deixar de produzir essas mercadorias específicas, não podem decidir sobre matérias-primas e outros aspectos, mas tão somente sobre aspectos bem delimitados, do processo de trabalho. No fundo, a autogestão não existiu na Iugoslávia, nem nas fábricas (pois isso é impossível se não houver autogestão generalizada e os produtores – que não são mais operários – gerirem a sociedade como um todo, possibilitando a superação da produção de mercadorias e sua substituição por produção de valores de uso), nem no conjunto da sociedade. No máximo é possível dizer que houve uma cogestão (limitada) em parte das empresas existentes nesse país.

Assim, há uma ambiguidade em relação ao termo “autogestão” na sociedade iugoslava. Por um lado, há uma ideia totalizante de autogestão, na qual seria uma “forma de socialismo”, distinta das demais experiências, também consideradas “socialistas” (como no caso da URSS), mas, por outro, há a redução dessa ideia ao nível de uma suposta “gestão operária das fábricas” (que deveria avançar com o tempo, segundo a ideologia do regime). Então os iugoslavos usam “autogestão”, mas, no fundo, implantam e se referem a uma cogestão (limitada, diga-se de passagem). Essa ambiguidade também se revela no sentido de pensar as demais experiências como “socialistas”, o que significa que o aparato estatal e o mercado seriam “partes da autogestão” (enquanto forma de sociedade).

A ideia defendida pela burocracia iugoslava, que seria sua “intenção autogestionária”, era a de que com o passar do tempo haveria um aprofundamento dos elementos de gestão operária. No entanto, isso revela uma nova contradição, pois se a gestão é operária, então o proletariado, a classe operária, continua existindo e sua existência é expressão da produção de mais-valor, relação de produção capitalista. No fundo, o uso do termo autogestão no caso iugoslavo é questionável por simplesmente não expressar uma nova sociedade, mas apenas a velha sociedade capitalista com uma pequena participação proletária no que se refere à gestão das fábricas.

A partir deste uso inaugural da palavra na Iugoslávia, ela passa a chamar a atenção e curiosidade, sendo transportada – via tradução – para outros países, especialmente

para a França. “Samoupravlje” se torna “autogestion” no idioma francês. Não é possível identificar quando o termo foi tomado de empréstimo dos iugoslavos, embora seu sentido original tenha sido usado para se referir ao regime deste país. Essa questão do aparecimento da palavra na França recebe respostas diferentes, embora nenhuma delas apresentando uma pesquisa e comprovação da datação apresentada. Assim, Guillerme e Bourdet (1976, p. 9) afirmam que “a palavra autogestão é relativamente recente; apareceu em língua francesa no início dos anos 60”, enquanto que Arvon (1982, p. 7) afirma que “o termo autogestão foi introduzido na França no final dos anos sessenta para designar a experiência iugoslava a partir de 1950”. Início ou final dos anos 1960?

O mais provável é que a palavra tenha aparecido pela primeira vez antes de 1960, através de traduções, pois o regime iugoslavo emerge em 1952, e seria necessário pesquisas sobre notícias jornalísticas, oficiais, artigos científicos e diversas outras fontes para saber se não surgiu pouco depois da autoproclamação iugoslava. Alguns autores realizam a afirmação arriscada de que a palavra chegou na sociedade francesa com o lançamento do livro *Socialisme et Autogestion: l'expérience yougoslave*, de Albert Meister, em 1964 (Lopez; Treglia, 2019).

Porém, essa afirmação não é verídica. Ela seria verídica se afirmasse que a palavra ganharia mais popularidade com o lançamento dessa obra. E a razão disso é que existiam várias obras (livros e artigos) sobre a experiência iugoslava (e sobre a experiência na Argélia também) em idioma francês desde a segunda metade dos anos 1950, tal como pode ser visto na bibliografia apresentada na revista *Autogestion*, de 1966 (*Autogestion*, 1966). Sem dúvida, a palavra poderia ter tido outra tradução e, efetivamente, encontramos material que usa termo em inglês (*self-government*)¹⁷ ao invés de versão de autogestão em francês. Porém, encontramos um artigo que tem o termo tanto em inglês quanto em francês, de 1961. Trata-se do artigo *Le système de self-government communal*

¹⁷ Porém, o termo em inglês (*self-government*) não é o mesmo que autogestão e sim um sinônimo, pois a tradução exata seria *self-management*. Essas palavras, no entanto, só ganham o sentido similar de comunismo (ou “sociedade autogerida”, “autogestão social”, ou seja, no âmbito de toda uma sociedade) a partir da experiência iugoslava. Ou seja, a palavra já existia antes no idioma inglês, mas a ideia com o significado de “sociedade autogerida”, é posterior. Por isso é comum a confusão entre esses termos e autogestão no sentido que usamos esse conceito antecipador. Essa confusão deriva de outra, que é confundir o signo com o significado, pois, nesse caso, o significado se impõe aos signos anteriores (portadores de outros sentidos) a ele, gerando um equívoco interpretativo e anacronismo linguístico.

en Yougoslavie, na Revue internationale des sciences sociales, de 1961, de autoria dos iugoslavos Jovan Djordjevic et Najda

n Pasic (1961), sendo que o primeiro desses autores publicou o livro *La Yugoslavia, la democratie socialiste*, em 1959, e, provavelmente, também constava a expressão francesa “autogestion”.

Contudo, não é apenas esse texto, nessa revista, que usa tal termo. O número da revista, patrocinada pela Unesco, é dedicado à “comuna iugoslava” e vários textos, de autores iugoslavos, apresentam a palavra *autogestion* (de forma isolada ou como “autogestão operária”, “autogestão social”, “autogestão comunal”, “autogestão operária e social”), ao lado de self-government e semelhantes (*Revue Internationale des Sciences Sociales*, 1961). Na introdução, escrita por Anton Vratusa (1961), a palavra aparece várias vezes.

As afirmações de Guillermin e Bourdet, bem como de Arvon, devem se referir ao uso nos meios intelectualizados, especialmente no plano militante e acadêmico. Nesse contexto, podemos considerar que a palavra começa a ser utilizada nos anos 1960 ou até mesmo antes em traduções de textos iugoslavos. Sob forma mais desenvolvida, é necessário reconhecer que a palavra é usada a partir dos primeiros anos da década de 1960, sendo usada em títulos de artigos e livros a partir, no mínimo, de 1964, quando é publicado o livro de Meister sobre a Iugoslávia. Sem dúvida, o seu uso vai se ampliando e ganha maior destaque a partir de 1966, quando é lançada a revista *Autogestion*, em dezembro desse ano¹⁸. A revista apresenta textos do sociólogo Jean Duvignaud (“George Gurvitch: uma teoria sociológica da autogestão”, contendo extratos deste autor – que não usava o termo autogestão); de Henri Lefebvre (“Problemas teóricos da autogestão”); A. Fiamengo (“A importância da autogestão para a solução dos problemas internacionais”), bem como as crônicas “Perspectivas da autogestão na Argélia”, de Yves Sartan; “Autogestão e partido”, de Michel Raptis; “Após a morte de Celestin Freinet”, uma crônica necrológica, de Joseph Figuera; “De Celestin Freinet à Autogestão Pedagógica”, de René Lourau, além de algumas resenhas de livros. Sem dúvida, o

¹⁸ A confusão em torno do título da revista é sugestivo, pois os responsáveis por sua produção acabam alterando seu nome para “*Autogestion et Socialisme*”, por causa de sua inserção em livrarias e bibliotecas na área de administração.

lançamento de uma revista sobre autogestão – e contando com diversos intelectuais, alguns bastante renomados, fazia circular a nova palavra. Além disso, a chamada “análise institucional”, representada por Georges Lapassade, René Lourau, Michel Lobrot, entre diversos outros, aponta para uma a consolidação do termo, ao trabalharem sobre a ideia de autogestão e autogestão pedagógica, embora com algumas ambiguidades¹⁹. A ideia de autogestão aqui se torna a de uma nova sociedade, igual a concepção de “autogoverno dos produtores”, tal como concebido por Marx (Lapassade, 1989). A análise institucional produziu várias obras tematizando questões como burocracia, pedagogia, instituições, entre outras, trazendo à tona o termo autogestão.

Porém, o impacto do termo autogestão na sociedade francesa ocorrerá no final da década de 1960. A palavra, no sentido de uma nova forma de sociedade, que não é o modelo iugoslavo, reaparece com força no contexto da rebelião estudantil de Maio de 1968 e da greve operária que lhe segue.

Foi muito mais a explosão de todas as estruturas autoritárias em maio de 1968 o que fez nascer na França a curiosidade por um processo fundamentalmente antiautoritário empreendido em outro lugar e do qual haviam bastado estudos quase anatômicos até antes de que viesse lugar sua atualização brutal. A confusa aspiração de maio de 1968 em substituir um centralismo opressivo, de origem jacobina e uma burocracia todo-poderosa, própria do modelo socialista tradicional, por organismos políticos e econômicos descentralizados no qual seria lícito a cada um assumir de novo sua existência total, tomar conta do seu próprio destino, em uma palavra, “significar” uma vida que se fez absurda, vai em busca de uma doutrina global que pode traduzi-la em termos claros; e a esse respeito a autogestão se presta maravilhosamente (ARVON, 1982, p. 38).

A palavra “autogestion” aparece como reivindicação estudantil e possuindo várias fontes inspiradoras, tal como as produções intelectuais acima citadas (e o início do movimento em sua forma mais radicalizada surgiu na sociologia, psicologia e áreas próximas)²⁰. Alguns grupos políticos radicais, especialmente a Internacional

¹⁹ A definição de autogestão no livro de Georges Lapassade, *Grupos, Organizações e Instituições*, publicado originalmente em 1966, apesar de seus méritos (a começar pela crítica da burocracia), aponta para duas “definições”, a política (certamente ele pensava na concepção iugoslava, pois coloca que nessa concepção a autogestão surge “pelo alto”, no qual o “Estado promulga modelos institucionais de autogestão” e psicossociológica (que é a defendida por ele), que é de “tipo não-diretivo”, sendo uma nova concepção que supõe “motivações e decisões verdadeiramente coletivas”. A ambiguidade ocorre ao afirmar que a primeira concepção “não é falsa, mas incompleta” (Lapassade, 1989, p. 269).

²⁰ “Não é acidental que a ‘revolução’ tenha começado nas faculdades de Sociologia e Psicologia de Nanterre. Os estudantes viram que a sociologia que lhes era ensinada era um meio de controle e manipulação da sociedade, e não um meio de compreendê-la de modo a transformá-la. No decorrer, eles descobriram a sociologia revolucionária” (Brinton, 2003, p. 19).

Situacionista, cujo representante mais conhecido era Guy Debord, existiam e apontavam para a crítica da burocracia e defesa da autonomia ou da ação revolucionária cotidiana. Um conjunto de produções intelectuais da época, como a do sociólogo Henri Lefebvre, tematizava a autogestão e outros apontavam para concepções que enfatizavam a liberdade, a espontaneidade, etc. (Sartre, Guérin, etc.). Assim, existia uma cultura contestadora que vai se tornando mais forte e influente (Viana, 2019; Viana, 2020), que será assimilada pelo movimento estudantil radical que emerge na rebelião estudantil do Maio de 1968.

A ideia de autogestão que predomina, nesse contexto, é a de autogoverno generalizado a nível da totalidade da sociedade. Trata-se da autogestão generalizada, não apenas das fábricas, mas do conjunto das relações sociais e assim, as exigências estudantis de “mudar a vida” remete ao processo totalizante de transformação social. Nesse contexto, o sentido da palavra autogestão como nova forma de sociedade ganha clareza e se consolida. Porém, a palavra não é propriedade dos estudantes revolucionários e nem daqueles que lhes antecederam e, assim, se estabeleceu, após o maio de 1968, uma “luta em torno do signo”, para retomar a expressão de Bakhtin (1990). A social-democracia, especialmente através da CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), central sindical vinculada ao Partido Socialista Francês²¹, bem como o seu ideólogo Pierre Rosanvallon (1979), vão buscar oferecer uma versão reformista do termo e integrar a palavra, através do novo significante que atribuem a ela (reduzida a gestão de empresas), no seu discurso e programa político.

Porém, emerge, a partir do maio de 1968, intelectuais, grupos, entre outros, que resgatam a ideia de autogestão em seu significado autêntico, especialmente o marxismo autogestionário francês²². A obra *Chaves da Autogestão*, de Alain Guillerme e Yvon Bourdet²³, oferece uma síntese da concepção marxista autogestionária que emerge

²¹ O Partido Comunista Francês e as tendências ortodoxas do bolchevismo, por sua vez, passaram a produzir obras de crítica ao termo e posição política vinculada a ele, confundindo, em alguns casos, a concepção reformista e oportunista que emergiu após o Maio de 1968 através da social-democracia com a concepção revolucionária de autogestão que foi esboçada um pouco antes e se consolidou com essa luta radicalizada de estudantes e operários na França.

²² Porém, haverá ressonâncias para além da França, inclusive no Brasil, que teve na obra de Maurício Tragtenberg (1989), um dos primeiros a tematizar a autogestão numa perspectiva revolucionária e significando uma nova sociedade.

²³ Publicada no Brasil com o título “*Autogestão: Mudança Radical*” (Guillerme; Bourdet, 1976).

após a rebelião estudantil de Maio de 1968, bem como outras obras desses e outros autores. Bourdet será o responsável por produzir diversas obras sobre autogestão (Viana, 2020) e outros autores passam a usar tal termo, mesmo com suas idiossincrasias e ambiguidades, como o situacionista Raoul Vaneigem (Ratgeb, 1974).

A concepção de autogestão que se estabelece em linha de continuidade com a perspectiva revolucionária do Maio de 1968 é sintetizada por Guillerme e Bourdet, que não só definem autogestão como fazem um escrupuloso trabalho de diferenciação desse termo em relação a outros, considerados próximos ou com os quais é confundida, tais como “participação”, “cogestão”, “controle operário”, “cooperativa”. Assim, esses termos “próximos” são definidos e criticados, no sentido de explicitar a radicalidade da ideia de autogestão em contraposição a estas outras experiências, práticas, ideias. Os autores apresentam uma definição de autogestão:

O que chamamos de autogestão é outra organização nacional (ou, melhor ainda, uma federação de nações de vocação mundial) que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogerido de cooperativas igualitariamente associadas segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos (Guillerme; Bourdet, 1976, p. 30).

A definição remete ao essencial, ou seja, ao processo de autogestão generalizada e não apenas nas empresas, usando o termo problemático que é o “nacional”, mas que significa dizer no conjunto de uma determinada sociedade²⁴. A ideia de abolição do capitalismo e do “estatismo” (do Estado e do burocratismo que lhe acompanha) complementam a definição, ao lado da ideia (igualmente problemática, mas no sentido formal) de “cooperativas igualitariamente associadas”²⁵, a partir de um plano autogerido voltado para a satisfação das necessidades humanas.

Guillerme e Bourdet avançam recuperando os precursores da ideia de autogestão, desde Fourier e Proudhon, passando por Marx e Bakunin, até chegar a Rosa Luxemburgo e Pannekoek, bem como ainda apresentam as diversas experiências históricas de

²⁴ No sentido que Marx já colocava ao afirmar que os proletários acertam as contas primeiramente com sua burguesia nacional (Marx; Engels, 1987).

²⁵ O problema reside no uso do termo “cooperativas”, pois isso pode dar a impressão de que a autogestão proposta é processo de criação de cooperativas que se associam e generalizam, sendo que, a proposta dos autores, seguindo Marx e Pannekoek, é a da luta operária que toma conta das fábricas e empresas em geral, e generalizam a autogestão a nível global da sociedade. As cooperativas, por ventura ainda existentes, passam a pertencer à coletividade e ser autogerida da mesma forma que as empresas anteriormente capitalistas.

autogestão ou que se proclamaram de tal forma, ou seja, desde a Comuna de Paris de 1871. A análise do regime iugoslavo não deixa dúvida sobre a concepção autogestionária dos autores, pois eles afirmam, tal como citado anteriormente, que a Iugoslávia não ultrapassava o nível da “cogestão”. Por fim, os autores também trazem uma contribuição importante ao trazer à tona a questão cultural, educacional e de formação, momento em que as contribuições da psicanálise, análise institucional e outras aparecem num quadro em que se relaciona autogestão e formação, elementos inseparáveis.

A obra de Guillerme e Bourdet, mesmo com alguns problemas, expressa uma perspectiva marxista autogestionária. O livro, apesar de equívocos pontuais, é uma contribuição fundamental para a constituição do marxismo autogestionário e ponto de partida para uma concepção revolucionária de autogestão. As outras obras de Bourdet, bem como o material produzido por diversos outros autores franceses, permitiram emergir um marxismo autogestionário que retoma a ideia de autogestão num sentido revolucionário e o une com a teoria do comunismo já apresentada por Marx.

Assim, para um breve histórico da ideia de autogestão julgamos que a síntese apresentada aqui é suficiente. Sem dúvida, após essa gênese do termo e sua mutação de sentido, ela não deixou de ganhar novas definições e continuar a ser tema de debate e de luta em torno dela e do seu sentido. Porém, as novas definições e concepções de autogestão não ultrapassam o que foi historicamente colocado, pois a concepção revolucionária (marxista) de autogestão continua existindo. As outras formas organizacionais apresentadas por Guillerme e Bourdet (1976), quando são confundidas com autogestão, são mais inovação semântica sobre um termo já existente (sendo que algumas são mais simples e outras mais complexas), formando uma sobreposição deformadora do termo em seu sentido revolucionário, o que é parte da luta cultural e existem muitos ideólogos para produzir ou reproduzir essas mistificações.

A confusão entre autogestão e cooperativas, por exemplo, pode assumir nova terminologia com a ideia de “economia solidária”. Esta, no fundo, é apenas uma retomada da ideia de cooperativa com alguns acréscimos, especialmente ideológicos, e reduz a autogestão a uma parte dela (Singer, 2007). No que se refere ao nascimento da ideia de autogestão, os apontamentos aqui realizados são suficientes para entender a complexidade do processo histórico de surgimento de um projeto de nova sociedade e

quando este se encontra com um termo que o expressa, bem como outros sentidos que a palavra vai ganhar por parte de adversários e supostos partidários deformadores.

Considerações finais

O trajeto do presente texto consistiu em apresentar uma discussão teórica sobre o sentido das palavras e termos em geral para identificar os diversos sentidos da palavra autogestão e apontar a possibilidade de análise formal e substancial de um determinado termo. Após isso efetivamos uma análise substancial a respeito do referente, ou ser, do termo autogestão, resgatando os pensadores que discutiram ou teorizaram o projeto de uma nova sociedade igualitária e fundada na liberdade. Posteriormente, efetivamos uma análise formal, focalizando o signo, a palavra, autogestão, desde sua origem até o seu desenvolvimento posterior. A ideia de autogestão, assim, tem duas origens, uma que remete ao ser, ao referente, e outra que remete à palavra, ao termo. Encontros e desencontros entre signo/referente e signo/palavra ocorreram e esperamos ter esclarecido esse processo no presente artigo.

A síntese geral sobre a análise aqui empreendida é a de que o projeto autogestionário tem uma longa história como proposta de uma nova sociedade na qual os seres humanos decidam, coletivamente, o seu destino, e que o termo autogestão, que passa a expressar tal projeto, tem uma história mais recente e que se confunde ou se separa dele dependendo do sentido que se atribui a tal palavra.

A autogestão é um projeto de sociedade que foi teorizado e esboçado em várias tentativas de revoluções proletárias inacabadas e continua vivo até hoje e enquanto a humanidade existir ou então até quando não se “desumanizar” (ou se destruir) totalmente, ou, ainda, até a concretizar, ela continuará existindo. O projeto autogestionário, mesmo que sem a palavra, surgiu com o capitalismo e deve deixar de existir com o fim deste, o que significa sua realização e passagem de projeto para realidade concreta.

Referências

ARVON, Henry. *La Autogestion*. 2ª edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

AUTOGESTION. Études, débats, documents. *Cahier num. 01*, Dez. 1966.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 1990.

BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. São Paulo: Cortez, 1988.

BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, Socialismo y Antiteologismo*. In: *Obras de Bakunin*. Vol. 03, Madrid: Ediciones Júcar, 1977.

BANCAL, Jean. *Proudhon: Pluralismo e Autogestão*. Vol. 01: Fundamentos. Brasília: Novos Tempos, 1984.

BERGER, Claude. *Marx frente a Lênin*. Asociación Obrera o Socialismo de Estado. Madrid: Zero, 1977.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRINTON, Maurice. *Paris: Maio de 1968*. São Paulo: Conrad, 2003.

CHATTOPADHYAY, P. O conteúdo econômico do socialismo em Lenin é o mesmo que em Marx? *Revista Enfrentamento*. Goiânia: ano 7, nº 12, ago./dez. 2012.

CHAUVEY, Daniel. *O que é a Autogestão?* Lisboa: Edições 70, 1975.

DJORDJEVIC, Jovan; PASIC, Najdan. Le Système de Self-Government Communal em Yougoslavie. *Revue Internationale des Sciences Sociales*. Vol. XIII. Num. 03, 1961.

DUARTE, Antônio; MIRANDA, Orlando. *O Que Todo cidadão Precisa Saber Sobre Trabalhismo e Social-Democracia*. São Paulo: Global, 1985.

ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. 3ª edição, São Paulo: Global, 1980.

GOMES, Luiz H. M. A Trajetória do Socialismo na Iugoslávia (1945-1990). *História econômica & história de empresas*. vol. 22 num. 01, 2019.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GUIRAUD, Pierre. *A Semântica* 4ª edição, São Paulo: Difel, 1986.

GURVITCH, Georges. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983.

HORVART, Branko. *Socialismo Autogestionário*. Origens e Evolução. Rio de Janeiro: CECA/CCS, 1990.

KAUTSKY, Karl. *O Caminho do Poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.

KROPOTKIN, P. *Campos, Fabricas y Talleres*. Madrid: Ediciones Júcar, 1978.

- KROPOTKINE, Pedro. *A Conquista do Pão*. 3ª edição, Lisboa: Guimarães, 1975.
- LAPASSADE, Georges. *Grupos, Organizações e Instituições*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- LASSERE, Georges. *A Empresa Socialista na Iugoslávia*. Lisboa: Moraes, 1966.
- LOPEZ, Abdon Mateos; TREGLIA, Emanuele (orgs.). *Las Convulsiones del 68. España y el sur de la Europa*. Madrid: UNED, 2019.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo: Global, 1986.
- MARQUES, Carlos Henrique. *O que é Comunismo?* Coleção Esclarecimento. Goiânia: Ragnatela, 2024.
- MARX, Karl, Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, Karl; KORSCH, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2023.
- MARX, Karl. *A Comuna de Paris*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1987.
- MASSARI, Roberto. *Teorias de la Autogestion*. 2ª edição, Madrid: Zero, 1977.
- MATTICK, Paul e outros. *Karl Kautsky e o Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1980.
- MIGUEL, Sinuê N. *O Labirinto da Autogestão. Caminhos e Bloqueios do Projeto Socialista Iugoslavo (Tese de Doutorado)*. Campinas: Unicamp, 2017.
- MOTTA, Fernando Prestes. *Burocracia e Autogestão: A Proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RATGEB (VANEIGEM, Raoul). *Da Greve Selvagem à Autogestão Generalizada*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974.
- REVUE INTERNATIONALE DES SCIENCES SOCIALES. Vol. XIII. Num. 03, 1961.

ROSANVALLON, Pierre. *La Autogestión*. Madrid: Fundamentos, 1979.

RUGAI, Ricardo Ramos. Proudhon anarquista? Estado, mercado e o pensamento econômico proudhoniano. *Letralivre*. Rio de Janeiro, Ano 11, n. 45, 2023.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. 20ª edição, São Paulo: Cultrix, 1995.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre O Socialismo*. 3ª Edição, São Paulo: Moderna, 1989.

VIANA, Nildo. A Noção de Ideologia em Durkheim. *Revista Mosaico*, v. 10, p. 217-236, 2017a.

VIANA, Nildo. Autogestão: O Signo e o Ser. *Revista Enfrentamento*, Ano 08, num. 13, jul./dez. 2013.

VIANA, Nildo. *Karl Marx: A Crítica Desapiedada do Existente*. Curitiba: Prismas, 2017b.

VIANA, Nildo. Maio de 1968 e a Formação do Marxismo Autogestionário. In: VIANA, Nildo (org.). *O Marxismo Autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

VIANA, Nildo. Maio de 1968 e Luta Cultural. In: BRAGA, Lisandro; VIANA, Nildo (orgs.). *Maio de 1968: Luta de Classes e Projeto Autogestionário*. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. O Marxismo Autogestionário de Yvon Bourdet. In: VIANA, Nildo (org.). *O Marxismo Autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês*. Episteme Burguesa e Episteme Marxista. Curitiba: CRV, 2018.

VILAIN, Eric. A Questão Econômica. In: VÁRIOS. *Os Anarquistas Julgam Marx*. Brasília: Novos Tempos, 1986.

VRATUSA, Anton. Introduction. *Revue Internationale des Sciences Sociales*. Vol. XIII. Num. 03, 1961.